

p. 3 24 MAR 1988

Cincoanistas se mobilizam pela vitória

A intensa movimentação dos constituintes governistas, favoráveis ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, contrastava, ontem, com a aparente omissão dos senadores e deputados quatroanistas.

No começo da noite, o líder do Governo no Senado, senador Saldanha Derzi (PMDB-MT), dizia, satisfeito, que "não há mais nada a fazer, para assegurar os cinco anos de mandato ao atual Presidente".

"Está tudo bem e agora só nos resta aguardar a hora da votação".

Apesar do otimismo de Derzi, o líder governista na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), tinha acertado para hoje, na Câmara, um encontro com os constituintes que apóiam Sarney.

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, sublinhava que "não era hora de se pensar numa estratégia, em favor da tese quatroanista".

"Chegou o momento do jogo tático e estou convencido de que haverá muitas surpresas na hora da votação do mandato presidencial".

Para Covas, ao contrário do que acredita o Governo, a tese dos quatro anos está muito forte na Assembléia.

Na noite de ontem, deveriam encontrar-se, na residência oficial do chefe do Governo, o presidente da Assembléia e o presidente da República, Ulysses Guimarães e José Sarney. Por sinal, instado por alguns repórteres, Ulysses recusou-se a opinar sobre o possível resultado da disputa entre quatroanistas e cincoanistas.

Votação nominal

Uma das exigências do senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, é de que a questão do mandato presidencial seja votada de viva voz e não através do equipamento eletrônico de votação. Nesse sentido, Fernando Henrique, juntamente com líderes de outros partidos, solicitará a Ulysses a votação nominal daquela matéria. Lembra o líder do PMDB que tem havido equívocos nas votações eletrônicas e que não são reparados, posteriormente.

Fernando Henrique entende, ainda, que os líderes do PMDB e dos demais partidos não devem ter nenhuma consideração política pelo Centrão. Referia-se o líder ao pedido de destaque para votação em separado, já apresentado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), do dispositivo do projeto de Constituição que determina a data de 15 de março de 1989, para a posse do novo Presidente. Se tal princípio for mantido na Carta, será indispensável haver eleição presidencial ainda no ano corrente. Por isso, Lobão pretende eliminá-lo. Isso, porém, só será possível se o pedido de destaque de Lobão for aprovado em plenário, como aconteceu com o relativo à reforma agrária. Tal manobra obrigará os defensores dos quatro anos a reunirem, no plenário, 280 votos em favor de sua tese.

Entre os peemedebistas, comentava-se, por exemplo, que dois deputados constituintes do Centrão, os paranaenses Basílio Vilani e Maurício Nasser, tinham tido seus mandatos impugnados, durante a diplomação, por seis votos a zero. O TRE do Paraná mereceu, por essa decisão, elogio do então presidente do TSE, ministro Nery da Silveira, que considerou o ato da justiça eleitoral paranaense digno de ser seguido pelos demais tribunais. Vilani e Nasser tinham sido impugnados pelo TRE do Paraná, por abuso de poder econômico, na campanha eleitoral. Pouco depois da diplomação — na qual ambos não foram reconhecidos — Vilani e Nasser ingressaram com uma liminar perante o TSE e seus mandatos lhes foram devolvidos. Até hoje, um ano e meio após a impugnação da justiça paranaense, a liminar dos dois deputados — um deles, inclusive, foi escolhido vice-líder do Centrão (o deputado Vilani) — não foi julgada pelo TSE.